



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639092 - SP (2021/0004663-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DOUGLAS TEODORO FONTES E OUTROS
ADVOGADOS : DOUGLAS TEODORO FONTES - SP222732
MARCELO LEAL DA SILVA - SP268285
FRANCIELI FAZAN GARCIA - SP394830
GABRIELLA MURARI POSSETI - SP391958
RENAN ANTON DEL MOURO - SP451076
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VINICIUS FAVARO DE ANDRADE (PRESO)
CORRÉU : GUILHERME LAUER DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINICIUS FAVARO DE ANDRADE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (0004574-87.2018.8.26.0664/50000).

Ao que se depreende dos autos, o paciente foi condenado às penas de 6 anos de reclusão e de multa em regime fechado, como incurso no art. 33, *caput*, e 40, inciso III, da Lei n. 11.343/2006.

Os impetrantes sustentam que o paciente faria jus ao regime inicial menos gravoso, considerando a pena aplicada e as circunstâncias do caso concreto.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja desclassificada a conduta para o crime de uso de entorpecentes, afastada a causa de aumento prevista no art. 40, inciso III da Lei de Drogas, ou mitigado o regime inicial de cumprimento para o semiaberto, especialmente considerando a Recomendação CNJ n. 62/2020.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do(a) ora paciente, especialmente a íntegra do acórdão impetrado.

Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente